



Decreto n.º 3.504, de 13 de junho de 2000

*Altera dispositivos do Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

Decreta:

**Art. 1.º** O Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1.º A concessão ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que trata o inciso IV do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto neste Decreto." (NR)

"Art. 3.º .....

XI – seja declarada de utilidade pública federal.

§ 5.º O prazo de que trata o *caput* não se aplica às entidades que prestam, exclusivamente, assistência social a pessoas carentes e que tenham por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, o amparo a crianças e adolescentes, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência ou a promoção de sua integração à vida comunitária, em relação às exigências dos incisos II e III deste artigo.

§ 6.º Não serão considerados os valores relativos a bolsas custeadas pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ou resultantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho, para os fins do cálculo da gratuidade, de que trata o inciso VI deste artigo." (NR)

"Art. 5.º .....

§ 1.º Estão desobrigadas da auditoria as entidades que tenham auferido em cada um dos três exercícios a que se refere o artigo anterior receita bruta igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 2.º Será exigida auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando a receita bruta auferida em qualquer dos três exercícios referidos no artigo anterior for superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). ..... " (NR)

"Art. 7.º .....

§ 1.º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data da publicação do ato no *Diário Oficial* da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e das decisões do CNAS que não referendarem os atos da Presidência será interposto recurso *ex officio*, sem prejuízo de eventual recurso voluntário.

....." (NR)



**Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**  
SCS Quadra 07 Bloco "A" Sala 526 - Ed. Torre do Pátio Brasil Shopping  
70.307-901 - Brasília - DF  
Tel.: (61) 3322-3252 Fax: (61) 3224-4933  
E-Mail: abmes@abmes.org.br Home Page: <http://www.abmes.org.br>

"Art. 8.º - A. As instituições que possuam Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos deverão afixar placa indicativa, em local visível, conforme modelo aprovado pelo CNAS, em que constem os seguintes dizeres: "Esta entidade tem Certificado de Fins Filantrópicos concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, para prestar atendimento a pessoas carentes"." (NR)

**Art. 2.º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Waldeck Ornélas*

*Diário Oficial*, Brasília, 14-06-2000 - Seção 1, p. 1